



Plataforma Brasil Democrático e Sustentável



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. POLÍTICA CIDADÃ BASEADA EM PRINCÍPIOS E VALORES	4
A. VALORES E PRINCÍPIOS:	4
B. CONTROLE SOCIAL DA GESTÃO PÚBLICA	5
C. APROFUNDAR A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA.....	5
D. TRANSPARÊNCIA E LIVRE ACESSO À INFORMAÇÃO	5
E. INTOLERÂNCIA COM A CORRUPÇÃO.....	5
F. TRABALHAR COM BASE EM METAS E INDICADORES	5
G. ESTIMULAR A PROFISSIONALIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	6
H. NOVO PACTO FEDERATIVO.....	6
I. NOVOS PADRÕES DE PRODUÇÃO PARA ESTIMULAR O CONSUMO RESPONSÁVEL.....	6
2. ECUDAÇÃO PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO	7
A. CONSTRUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	7
B. EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE POLÍTICA E ORÇAMENTÁRIA	7
C. NOVOS CONHECIMENTOS.....	8
D. ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA ARTICULADA COM AS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	8
E. MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MODO A GARANTIR AS APRENDIZAGENS DE TODOS OS ALUNOS NA IDADE CORRETA.....	8
F. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO.....	9
G. EDUCAÇÃO INTEGRAL	9
H. CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL	9
I. ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE	10
J. INFRAESTRUTURA PARA O CAPITAL HUMANO	10
K. AMPLIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA PRODUÇÃO DE CIÊNCIA	10
L. ESTABELECEER O DIÁLOGO CONSTANTE ENTRE SABER CIENTÍFICO E POPULAR	11
3. ECONOMIA PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL.....	11
A. MANTER A ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA	12
B. REDUZIR O NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO	12
C. JUSTIÇA TRIBUTÁRIA.....	12
D. INFRAESTRUTURA.....	13
E. ENERGIA LIMPA.....	14

F. INTERNET PARA TODOS	14
G. PREPARAÇÃO PARA OS GRANDES EVENTOS	15
H. INOVAÇÃO PARA PRODUTOS E SERVIÇOS DA NOVA ECONOMIA.....	15
I. ESTÍMULO À GERAÇÃO DE EMPREGOS VERDES	16
J. GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS NATURAIS NÃO RENOVÁVEIS	16
K. GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	16
L. TURISMO SUSTENTÁVEL	17
M. AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL	17
N. FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
O. ECONOMIA SOLIDÁRIA	18
4. PROTEÇÃO SOCIAL: SAÚDE, PREVIDÊNCIA E TERCEIRA GERAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS	19
4.1 SAÚDE E BEM-ESTAR HUMANO	19
<i>b. Promoção da saúde e da intersetorialidade</i>	<i>20</i>
<i>c. Universalização e melhoria dos serviços de Atenção Básica</i>	<i>20</i>
<i>d. Rede de serviços de atenção à saúde integral e familiar</i>	<i>21</i>
<i>e. Garantir o financiamento estável do SUS</i>	<i>21</i>
<i>f. Sistemas de saúde suplementar.....</i>	<i>21</i>
<i>g. Assistência farmacêutica, acesso e produção de medicamentos</i>	<i>22</i>
4.2 PREVIDÊNCIA	22
<i>a. Reforma da Previdência</i>	<i>23</i>
<i>b. Previdência Privada.....</i>	<i>23</i>
4.3 TERCEIRA GERAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS	23
<i>a. Consolidar e ampliar as boas práticas associadas a políticas e programas sociais</i>	<i>24</i>
<i>b. Ampliar e integrar programas sociais dirigidos para a erradicação da pobreza</i>	<i>24</i>
<i>c. Esforço individual e familiar como estratégia de superação da pobreza</i>	<i>24</i>
<i>d. Diferenciação entre produção e oferta de programas sociais e definição dos usuários dessas oportunidades.....</i>	<i>24</i>
<i>e. Garantir a disponibilidade, integração e complementação de políticas sociais orientadas para previdência, assistência social e saúde, educação, cultura e trabalho, habitação, urbanismo e saneamento</i>	<i>25</i>
<i>f. Priorizar a aquisição de conhecimento</i>	<i>25</i>
<i>g. Estimular o empreendedorismo como estratégia de superação da pobreza.....</i>	<i>25</i>
<i>h. Buscar e estimular parcerias público-privadas</i>	<i>25</i>
<i>i. Constituir uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar (ADF).....</i>	<i>26</i>
<i>j. Plano de Desenvolvimento Familiar.....</i>	<i>26</i>
5. QUALIDADE DE VIDA E SEGURANÇA PARA TODOS OS BRASILEIROS	26
A. RECONHECER E VALORIZAR OS DIFERENTES MODOS DE VIDA EXISTENTES NO TERRITÓRIO.....	26

B. CIDADES SAUDÁVEIS, DEMOCRÁTICAS E SEGURAS.....	27
C. URBANIDADE E QUALIDADE AMBIENTAL COMO POLÍTICA DE ESTADO	27
D. SANEAMENTO BÁSICO INTEGRADO AO DIREITO À MORADIA DIGNA E QUALIDADE DE VIDA	28
E. RESÍDUOS SÓLIDOS	28
F. MOBILIDADE URBANA SAUDÁVEL.....	28
G. ENFRENTAMENTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES NATURAIS.....	29
H. CULTURA DE PAZ, DEFESA E VALORIZAÇÃO DA VIDA COM EQUIDADE NO ACESSO À SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA	29
I. IMPLANTAR UMA NOVA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	29
J. POLÍTICAS CRIMINAL E PRISIONAL MAIS EFICIENTES E COMPROMETIDAS COM A DIGNIDADE HUMANA	30
K. PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	30
L. PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS	30
M. POLÍTICAS DE DROGAS E DE DESARMAMENTO.....	31
N. DEFESA NACIONAL	31
6. CULTURA E FORTALECIMENTO DA DIVERSIDADE	31
A. GESTÃO CULTURAL	32
B. ACESSO À CULTURA E AO CONHECIMENTO	32
C. APOIO E FOMENTO CULTURAL.....	33
D. AMPLIAR E INTENSIFICAR A PROMOÇÃO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE	33
E. RECONHECER E VALORIZAR AS DIVERSAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL.....	34
F. IMPLEMENTAR A POLÍTICA NACIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	34
G. GARANTIR OS PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO COM AUTONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS	35
H. INTENSIFICAR OS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DOS QUILOMBOS E O APOIO À GESTÃO DE SEUS TERRITÓRIOS	35
I. LUTAR CONTRA TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO: ÉTNICA, RACIAL, RELIGIOSA, HOMOFOBIA, SEXISMO OU OUTRA.....	35
J. JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE.....	36
K. GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DA QUESTÃO AMBIENTAL	36
7. POLÍTICA EXTERNA PARA O SÉCULO 21.....	36
A. COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE.....	36
B. LEGITIMIDADE E DEMOCRACIA	37
C. SUSTENTABILIDADE.....	38
D. PAZ E DIREITOS HUMANOS	38
E. COMÉRCIO MAIS LIVRE, MAIS JUSTO E MAIS SUSTENTÁVEL	38

INTRODUÇÃO

A Plataforma Brasil Democrático Sustentável é um conjunto de diretrizes e propostas que refletem a missão do IDS. Ela pretende ser um canal de participação, agregação e valorização de iniciativas em curso.

Participaram da elaboração da Plataforma cerca de cem colaboradores diretos e indiretos que, além de cooperar com sugestões, ajudaram a avaliar e incluir nos debates as contribuições recebidas por um sistema de consulta pela Internet.

A Plataforma está organizada em torno de sete eixos temáticos: Política cidadã baseada em princípios e valores; Educação para a sociedade do conhecimento; Economia para uma sociedade sustentável; Proteção social: saúde, previdência e terceira geração de programas sociais; Qualidade de vida e segurança para todos os brasileiros; Cultura e fortalecimento da diversidade; e Política externa para o século 21.

Agora, o IDS pretende multiplicar esse canal de diálogo e de colaboração para a construção de convergência de ideias por meio de um ambiente que propicie a agregação de conhecimento.

1. POLÍTICA CIDADÃ BASEADA EM PRINCÍPIOS E VALORES

Avanços significativos foram feitos no processo democrático no Brasil desde o fim do regime militar. Desde então houve regularidade de eleições diretas, de funcionamento do Poder Legislativo e de alternância de poder. No entanto, persistem características atávicas do comportamento político de alguns grupos sociais. É preciso uma nova prática no modo de fazer política.

a. Valores e princípios:

Austeridade e absoluta seriedade no uso dos recursos públicos;

Equilíbrio e harmonia para convergir na diversidade.

Responsabilidade, como valor principal da sustentabilidade.

Expansão das liberdades democráticas, principal valor do desenvolvimento.

Solidariedade, fraternidade, emancipação e autonomia, como valores centrais da democracia.

Diálogo, como prática em todas as instâncias de reflexão, decisão e execução das ações voltadas ao bem comum.

b. Controle social da gestão pública

Incentivar e promover debates sobre as políticas públicas com a sociedade brasileira, fortalecendo e ampliando o acesso aos mecanismos de controle social.

c. Aprofundar a participação democrática

Fazer do processo de participação uma oportunidade de desenvolvimento da consciência política e dos valores democráticos. Fortalecer espaços existentes de participação social (tanto no âmbito da sociedade como no da gestão pública)

d. Transparência e livre acesso à informação

Transparência das informações sobre execução orçamentária dos governos, disponibilizando na internet dados que permitam o acompanhamento da execução dos contratos e dos processos decisórios inclusive dos conselhos de governo e agências reguladoras.

Mais do que abrir as informações sobre os gastos, dar transparência também aos critérios para definição de prioridades de investimento e possibilitar à sociedade o acesso aos dados por meio de protocolos abertos.

Uma sociedade democrática não pode conviver com mecanismo de tutela ou controle sobre a liberdade de imprensa.

e. Intolerância com a corrupção

Promover ampla, contínua e irrestrita ação de combate à corrupção e mau uso dos recursos públicos.

f. Trabalhar com base em metas e indicadores

As políticas públicas devem se pautar por conjunto de metas e indicadores que

orientarão e permitirão avaliar o alcance e resultado de suas ações.

g. Estimular a Profissionalização na administração pública

O Estado precisa dispor de gestores e analistas treinados e capacitados para planejar, implementar e monitorar políticas públicas.

Reduzir drasticamente o número de cargos comissionados ocupados por quem não é servidor público.

Fortalecer o sistema de regulação no Brasil, em especial o papel das agências reguladoras.

h. Novo Pacto Federativo

Estabelecer, em todos os níveis, políticas públicas que assegurem a efetivação do pacto federativo esperado pelos pilares que sustentam a constituição federal, de forma que se promova o desenvolvimento dos estados nas regiões mais desfavorecidas e o municipalismo com responsabilidade, garantindo que os recursos disponíveis sejam compatíveis com as responsabilidades outorgadas e assumidas pelos entes federados e que estes, por sua vez, organizem suas demandas compatibilizando vocações culturais e naturais e efetivem sua autonomia para incrementar suas receitas com responsabilidade e participação social, seja por conselhos locais, seja pelo empreendedorismo socioambiental.

i. Novos padrões de produção para estimular o consumo responsável

Estimular padrões sustentáveis de produção, envolvendo empresas, governos e consumidores.

Promover amplamente a prática dos 7Rs do consumo responsável: respeitar, responsabilizar, repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar.

Garantir a defesa dos direitos do consumidor em todas as instâncias para equilibrar a necessidade de consumo das pessoas e a preservação dos recursos naturais do planeta, com especial atenção para o acesso à informação que viabilize escolhas diferentes e que traduzam novos hábitos mais saudáveis para cada um e para o planeta como um todo.

Promover incentivos para estimular setores produtivos a ampliarem a oferta de produtos mais duráveis, reaproveitáveis, menos tóxicos e a custo acessível a toda a população.

Promover ações e estímulos para envolver os municípios com a universalização da coleta seletiva e a reciclagem.

Estimular o aumento da oferta de energia renovável produzida a partir de fontes de geração diversificadas como energia solar, eólica, a partir de resíduos renováveis.

2. EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Para estabelecer uma ponte entre o Brasil do presente e do futuro, é imprescindível uma educação de qualidade, formadora de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento.

Um esforço emergencial é necessário para enfrentar a escassez crescente de trabalhadores qualificados em áreas estratégicas, caracterizando um verdadeiro apagão de capital humano. A superação dessa situação se dará pelo investimento intensivo em todos os níveis da educação formal, no ensino técnico e tecnológico, pela ampliação do acesso às tecnologias e pelo desenvolvimento de outros espaços de aprendizagem.

a. Construção do Sistema Nacional de Educação

Necessidade de articulação entre União, Estados e municípios, definindo-se suas atribuições e responsabilidades para superar as disparidades na distribuição de recursos entre as regiões, ao mesmo tempo em que se reconheçam as diversidades que devem ser respeitadas no processo pedagógico.

b. Educação como prioridade política e orçamentária

Os investimentos devem contribuir para aprimorar o ensino no país e a ampliação dos valores per capita anual investidos por aluno, adotando assim as referências sugeridas pelos estudos sobre o Custo Aluno-Qualidade.

Apoiar e propor iniciativas que promovam a elevação do investimento em educação

do setor público para 7% do PIB, priorizando novos investimentos na direção da universalização do acesso à pré-escola e à creche.

c. Novos conhecimentos

Reorientar o conhecimento e os modos de organização da escola e as demais instâncias educadoras da sociedade, tendo como eixos centrais: a educação científica, as questões socioambientais, a diversidade cultural e as tecnologias digitais.

d. Atenção à primeira infância articulada com as áreas de educação, saúde e assistência social

Apoiar a ampliação de creches com instalações apropriadas, condições básicas de higiene e profissionais qualificados, para que as mulheres possam trabalhar com tranquilidade.

Garantir qualidade nas creches públicas com cogestão comunitária, assegurando supervisão com o intuito de prover funcionamento e educação adequados.

Integrar as políticas de atendimento à primeira infância aos programas de apoio à família com transferência de renda e capacitação relativa aos cuidados de saúde e ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças feito por agentes comunitários.

e. Melhoria da qualidade da educação básica de modo a garantir as aprendizagens de todos os alunos na idade correta

A qualidade da educação passa pela valorização do professor, priorizando-se sua formação inicial e continuada e também pelo estabelecimento de planos de carreira e salários dignos.

Com o objetivo de se garantir que os professores se apropriem de novas bases curriculares e das tecnologias digitais, é importante a realização de um pacto educacional para o estabelecimento de parcerias com todos os segmentos sociais e especialmente com as universidades públicas e privadas para que o redirecionamento da formação dos professores responda aos novos desafios da

sociedade.

f. Valorização dos profissionais de educação

Garantir a mudança do quadro atual da educação, que deve passar por um resgate do reconhecimento e respeito da importância social dos profissionais da educação, envolvendo não só gestores, diretores, professores, mas também bibliotecários, inspetores e serventes.

Apoiar o aumento e o cumprimento do piso salarial dos profissionais, a melhoria das condições de trabalho e dos planos de carreira, assim como programas de formação inicial e continuada adequados e de qualidade.

Propor o estabelecimento de rede digital de compartilhamento de experiências e construção coletiva do conhecimento e o acesso a computador e Internet aos professores.

g. Educação Integral

Educação em período integral implica em ampliação da jornada educacional, na diversificação dos saberes e na garantia de alimentação adequada.

Garantir as aprendizagens dos alunos com ênfase em uma educação integral e inclusiva, em que se considerem tanto as dimensões afetivas, físicas e cognitivas do desenvolvimento das crianças e adolescentes, como as aprendizagens, tempos, valores e atitudes nos diversos campos do conhecimento.

O reconhecimento de inúmeras oportunidades existentes nos espaços das comunidades e das famílias possibilita a implementação de diferentes arranjos organizacionais, de modo a se respeitar as diferentes realidades educacionais.

h. Consolidação dos direitos coletivos e valorização da diversidade sociocultural e ambiental

Promover o desenvolvimento de políticas intersetoriais centradas nos territórios de forma a priorizar e apoiar de forma articulada os programas voltados às famílias e às escolas situadas em áreas de alta vulnerabilidade, combatendo as desigualdades regionais de forma a atender às demandas específicas de cada região.

A política educacional deve buscar a erradicação do analfabetismo e promover a importância das relações étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual adequadas às diferentes realidades educacionais e especificidades regionais.

i. Ensino médio e profissionalizante

Contribuir para a definição de parâmetros contemporâneos para o ensino médio que promovam o crescimento do número de matrículas e evitem a evasão de alunos.

Expandir a rede de escolas técnicas para responder às demandas do mercado de trabalho, priorizando-se as profissões relacionadas à economia verde, e capacitar cidadãos e instituições da sociedade civil para a realidade do trabalho.

Implementar políticas de subsídio à permanência dos jovens no ensino médio, adequadas às diferentes realidades regionais e especificidades dos sistemas de ensino.

j. Infraestrutura para o capital humano

Ampliar o acesso a escolas, universidades, centros culturais e esportivos, telecentros, bibliotecas, museus que apresentem condições adequadas no que se refere aos prédios e equipamentos, considerando o acesso à banda larga como direito de todos à informação.

k. Ampliação do ensino superior e da produção de ciência

Garantir um acesso mais democrático ao ensino superior, em especial à sua modalidade pública e gratuita, é essencial, não apenas para garantir que direitos sociais sejam viabilizados, mas para que o país possa avançar na construção de conhecimento e de novas estratégias para lidar com os desafios do mundo contemporâneo, entre eles o mundo do trabalho. Incentivar e apoiar as licenciaturas curtas, especialmente aquelas voltadas para áreas de novas tecnologias e para formação de professores nas ciências exatas.

Criação de centros de excelência para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que possibilitem respostas aos desafios de um desenvolvimento sustentável e da vida no planeta.

I. Estabelecer o diálogo constante entre saber científico e popular

Criar incentivos para que todos os estudantes universitários para que realizem atividades de extensão universitária buscando concretizar a função social da universidade.

Ampliar os recursos para extensão universitária, integralizar as atividades de extensão nas grades curriculares (crédito de extensão).

3. ECONOMIA PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

O mundo assiste a um questionamento crescente de paradigmas estabelecidos na economia e também na cultura política. A crise ambiental no planeta, quando traduzida na mudança climática, é uma ameaça real ao pleno desenvolvimento das nossas potencialidades. Por outro lado, partimos do pressuposto de que o Brasil possui uma posição privilegiada para enfrentar os enormes desafios que se acumulam. Abriga parte significativa da biodiversidade e da água doce existentes no planeta, grande extensão de terras cultiváveis, diversidade étnico-cultural, criatividade e uma rica variedade de formações naturais cujo papel é fundamental na preservação das bases naturais do nosso desenvolvimento.

Uma economia sustentável exige políticas econômicas consistentes e previsíveis, que possam suavizar variações bruscas nos agregados de produtos e preços. Além disso, o crescimento da economia sustentável tem que ser compatível com a absorção de novas tecnologias de baixo carbono e o aumento contínuo da qualidade de vida para todos.

Historicamente, o Brasil enfrenta restrições relativas ao financiamento de seu desenvolvimento, que se expressa na dívida pública bruta, que ultrapassou 68% do PIB em 2009, e mais recentemente no aumento da carga tributária, que passou de 24% para 35% entre 1991 e 2009, entre outros desequilíbrios.

Nossa dívida é cara e financiada em prazos relativamente curtos. Essa situação reflete a escassez de poupança de longo prazo na economia, produzindo taxas de juros incompatíveis com o objetivo maior que é a progressiva capacitação dos cidadãos para vidas mais livres e dignas de serem vividas, que se expressa no conceito de desenvolvimento sustentável.

Esses objetivos só podem ser atingidos com medidas consistentes que permitam caminharmos em direção a uma economia que tem nos nossos ativos ambientais os fatores centrais do desenvolvimento.

a. Manter a estrutura de sustentação da política macroeconômica

Metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, administrando as políticas fiscal, monetária e cambial para garantir o equilíbrio interno e externo, são requisitos de um desenvolvimento sustentável. Na ausência de uma coordenação adequada entre política fiscal e monetária, a segunda fica sobrecarregada e os custos em termos de produto e emprego serão maiores no tempo.

O regime de câmbio flutuante, por sua vez, precisa prever intervenções pontuais, visando atenuar os excessos de volatilidade na taxa cambial decorrentes de excessos ou escassez momentâneos de liquidez.

b. Reduzir o nível de endividamento do setor público

Embora cerca de 39% do PIB transite pelo nosso setor público (36% PIB de carga tributária mais 3% PIB do déficit nominal), a capacidade de investimento em capital fixo do Estado brasileiro não alcança 2% do PIB.

Conter o crescimento dos gastos públicos correntes à metade do crescimento do PIB (mantendo a possibilidade de política fiscal anticíclica nos momentos de retração econômica), estimular a poupança de longo prazo, substituir a sucessão de programas extraordinários de anistia fiscal (que se iniciou no âmbito federal com o Refis) por estratégias mais sólidas de recuperação de créditos tributários.

c. Justiça tributária

O nosso sistema tributário precisa ser reestruturado com firmeza e intensidade de propósito, com uma reforma tributária que busque a simplificação e a transparência do sistema, o aumento da progressividade tributária através da redução da participação de impostos indiretos e dos impostos que incidem sobre a folha de pagamento na carga total, maior transparência para a sociedade e a redução da

carga tributária, que só pode ser alcançada no médio prazo com a redução do crescimento dos gastos públicos.

A revisão do sistema tributário tem que contemplar prioritariamente incentivos e renúncias fiscais de acordo com impacto sobre o meio ambiente e intensidade de emissões de GEE.

d. Infraestrutura

A infraestrutura é a base fundamental para sustentação do crescimento econômico. A forma como é planejada e constituída tem enorme impacto na distribuição geográfica do desenvolvimento, na qualidade de vida da população e nos impactos ambientais. Na transição para uma economia de baixo carbono, precisamos de um Plano Nacional Decenal de Infraestrutura compatível com as metas de redução de emissões de GEE e que seja eficiente e sustentável no uso dos recursos naturais.

Nos sistemas de transporte, a ênfase deve ser dada às ferrovias, às hidrovias e aos sistemas híbridos, combinando biocombustíveis e eletricidade.

O saneamento básico deve ser priorizado e todas as alternativas de geração de energia a partir do tratamento do esgoto serão incentivadas. O tratamento de resíduos sólidos impulsionará novos negócios a partir da redução da geração, do reuso, do reaproveitamento, da reciclagem e da recuperação energética dos resíduos, como preconiza a lei sobre resíduos sólidos.

Apoiar a melhoria à gestão das empresas públicas estaduais de saneamento, qualificando a sua condição financeira para que possam tomar e gerir empréstimos. No Brasil, apenas sete das 27 empresas se encontram em condições adequadas para tomar empréstimo do FGTS, a principal fonte de financiamento para o setor.

Estabelecer mecanismos de apoio aos municípios para elaboração de projetos adequados de engenharia no setor de saneamento e diminuir o atraso nas contratações de obras de saneamento.

É preciso preparar tecnicamente os municípios para se adaptarem às novas legislações que incentivam a participação de investimentos privados no setor. É consenso que há regras suficientes para impulsionar investimentos, cabendo aos estados e municípios proceder às adaptações que a legislação federal determina.

e. Energia limpa

O sistema elétrico brasileiro necessita de um acréscimo anual na sua capacidade instalada de geração, em torno de 3.300 MW médios. Ampliar a diversificação nos projetos de geração, de forma que o país possa usar a complementaridade de diferentes fontes para a sustentabilidade da oferta de energia renovável, tendo como objetivo o aumento em 10%, até 2014, da participação das energias renováveis na matriz energética brasileira.

Entre essas fontes merecem destaque a eletricidade cogenerada no processamento da cana-de-açúcar, advinda dos projetos eólicos de grande altura (acima de 80 metros) e dos sítios "offshore", além dos projetos hidroelétricos já em andamento, como os do Rio Madeira.

Os novos aproveitamentos hidroelétricos – principalmente da Bacia Amazônica – deverão ter sua avaliação ambiental estratégica e integrada amplamente divulgada e devidamente analisada a partir de suas audiências públicas.

As termoelétricas movidas a óleo diesel ou carvão mineral e novas usinas nucleares ainda não autorizadas pelo Congresso Nacional devem ser eliminadas dos planos decenais.

Também são centrais as políticas de incentivo à otimização da demanda de eletricidade, incluindo o incentivo a equipamentos e sistemas mais eficientes e à conscientização e mobilização da população sobre o tema. Além dos instrumentos de natureza financeira e tributária, deverá ser prioritária a adoção de novas tecnologias de gestão da malha de transmissão e distribuição – conhecidas como "smart grid" – de forma a favorecer a introdução das diferentes alternativas de geração distribuída.

f. Internet para todos

O acesso à Internet ainda é pequeno em proporção à população total (35% com acesso) e à quantidade de domicílios (21% com acesso). Urge estender a rede de velocidade rápida, além de 1 Mbps, seja via linha telefônica fixa, celular, cabo de fibra ótica, eletricidade ou outra forma de acesso sem fio.

Programas governamentais, como o Internet para Todos, podem facilitar o acesso da maioria dos 53 milhões de domicílios brasileiros aos computadores e dispositivos

celulares para conexão à Internet tanto por meio do incentivo de crédito de longo prazo, bem como da desoneração fiscal dos mesmos em relação a impostos como Fust, PIS, Cofins e IPI, que correspondem a 42% das tarifas de telecomunicações.

É preciso promover a expansão e universalização da oportunidade de acesso à telefonia, Internet e TV digital de alta definição a todos os brasileiros.

O governo brasileiro deve assumir um papel de liderança na otimização dos recursos de infraestrutura de rede e na implementação de políticas e programas de e-gov em vários segmentos.

g. Preparação para os grandes eventos

A realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo, a Olimpíada e a Convenção Internacional Rio + 20, deve ser encarada como uma importante oportunidade para projetar a imagem de um país que tem a sustentabilidade no eixo central de seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que deixará uma ampla gama de investimentos em infraestrutura urbana como legado para a melhoria de qualidade de vida dos brasileiros.

Otimizar planos e investimentos, e garantir a instalação de sistemas de transporte público e saneamento nas cidades-sede dos eventos e potencializar o desenvolvimento do turismo com qualidade.

h. Inovação para produtos e serviços da nova economia

Seja no âmbito global, nacional, regional ou local, a participação de processos intensivos em conhecimento se torna cada vez mais determinante, e tende a ser crescente a sinergia entre centros produtores de conhecimento e a maioria das ações sociais que mais impulsionam tanto o desenvolvimento quanto a sustentabilidade ambiental global. É do conhecimento que depende cada vez mais a capacidade social de gerar e utilizar a inovação.

Nada poderá ser mais decisivo para a prosperidade sustentável da sociedade brasileira do que considerar o conhecimento como prioridade de suma importância.

O investimento em inovação é crucial para dotar o Brasil de capacidade para aproveitar a vantagem competitiva que seu vasto território e suas amplas riquezas naturais e humanas lhe conferem.

É preciso investir em conhecimento e em inovação como estratégias prioritárias para potencializar esse patrimônio natural e viabilizar a transição para uma economia mais sustentável, de baixa emissão de carbono. Para isso deve-se investir na inventividade, empreendedorismo e criatividade, tratando-a como ativo econômico.

i. Estímulo à geração de empregos verdes

São os empregos calcados em uma economia sustentável, proporcionando trabalho decente com baixo consumo e emissão de carbono. Os setores de maior potencial no Brasil são a construção civil, a indústria, o turismo, a geração de energias limpas, seguras e renováveis, o transporte, a agropecuária e o uso sustentável dos diferentes biomas (particularmente das florestas).

Criar estímulos à geração de empregos verdes por meio de instrumentos fiscais, tributários e creditícios.

j. Gestão estratégica dos recursos naturais não renováveis

O Brasil tem uma das maiores reservas de recursos minerais, petróleo e gás no planeta. Porém, esses recursos são por natureza finitos e, portanto, devem ser geridos de forma estratégica para garantir o abastecimento ao mesmo tempo que prepara o futuro independente destes.

O acesso à exploração dos recursos minerais deve ser revisto para torná-lo mais transparente e competitivo, devendo prevalecer os empreendimentos que consigam combinar os maiores valores de royalties com os melhores padrões de desempenho social e ambiental.

k. Gestão estratégica dos recursos naturais renováveis

Entre todos os países, o Brasil é o que possui a maior reserva e oferta de água doce, a maior diversidade de espécies animais e vegetais, a maior quantidade de biomassa e a segunda maior área florestal. Esses recursos, juntamente com a diversidade social, constituem provavelmente nossa maior riqueza.

A gestão estratégica desses recursos deve estar na base de todo processo de desenvolvimento do País, que deve ser orientado para atingir o objetivo de

desmatamento zero de vegetação nativa primária e secundária, em estágio avançado de regeneração, em todos os biomas brasileiros, ressalvadas situações de premente interesse público.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação deve ser complementado e fortalecido de forma a atingir as metas de conservação em todos os biomas brasileiros, e se tornar um sistema gerador de riqueza e conhecimento pela expansão da visitação e promoção da pesquisa nas unidades.

A gestão compartilhada das águas deve ser fortalecida de acordo com Política Nacional de Recursos Hídricos.

I. Turismo sustentável

Valorizar o grande potencial brasileiro para o turismo, de forma sustentável e nos seus diversos segmentos: ecoturismo, turismo de base comunitária, de aventura, sol e praia, náutico, rural, de negócios e eventos, cultural, de saúde, de pesca, esportivo, cinematográfico, geoturismo, entre outros.

Criar estímulos para estruturar e qualificar a economia do turismo, visando fortalecer seu potencial para geração de empregos locais e em diversos setores;

promover fonte de renda direta para a conservação dos patrimônios naturais, culturais e arqueológicos; criar oportunidades e benefícios para comunidades que habitam áreas isoladas, rurais e/ou remotas e valorizar os seus modos de vida tradicionais;

Fomentar parcerias e ações para promover o empreendedorismo.

Criar mecanismos de proteção e combate à prostituição infantil.

m. Agronegócio sustentável

O agronegócio brasileiro deve ter sua orientação estratégica direcionada ao aumento de produção pelo ganho de produtividade (expresso em geração de riqueza por hectares de solo ocupado, por litro de água consumido e por tonelada de gases de efeito estufa emitida), aliada à conservação e restauração dos recursos naturais, incluindo o desmatamento zero em todos os biomas, a redução do uso de agroquímicos e uma transição para o sistema de agroecologia. Essa estratégia permitirá intensificar o uso das áreas já ocupadas pela agropecuária, freando a

expansão da fronteira agrícola, principalmente na Amazônia e no Cerrado.

Todos os instrumentos de políticas públicas devem ser direcionados à desejável conciliação entre produtividade, conservação e geração de renda de milhões de agricultores brasileiros.

n. Fortalecimento da agricultura familiar

A agricultura familiar deve ter a garantia de acesso à tecnologia e a terra, por meio de políticas ativas que viabilizem a reforma agrária.

O Estado deve investir no acesso pleno dos agricultores familiares aos serviços públicos, em especial de saúde, educação e habitação de qualidade, além da inserção digital e acesso à informação, facilitando sua permanência no campo e a de seus filhos se assim o desejarem.

Criar estruturas de comercialização de produtos da agricultura familiar com o mínimo de intermediação, permitindo uma melhor remuneração do produtor e o acesso a uma alimentação saudável por parte dos consumidores.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar deve ser mantido e converter-se num exemplo das políticas públicas de terceira geração, por meio de um conjunto de agentes de desenvolvimento voltados a elaborar projetos capazes de gerar renda, garantir os serviços ecossistêmicos e evitar a inadimplência dos agricultores.

o. Economia solidária

Fortalecer a economia solidária aprofundando seus laços com a sustentabilidade e a inserção dos empreendimentos da economia solidária no mercado justo e sua articulação com os movimentos e redes de consumo consciente e sustentável.

Criar um Sistema Nacional de Economia Solidária, em bases sustentáveis, e fomentar os empreendimentos solidários: Cooperativas, Associações, Empresas Autogestionárias, Bancos Solidários; Feiras e Lojas de Economia Solidária; Clubes de Trocas e Programas de Incentivo ao Consumo Responsável; Incubadoras de empreendimentos solidários e tecnologias sociais.

Estabelecer espaços articuladores da economia solidária (Secretarias, Conselhos, etc.) nas três esferas da federação (nacional, estadual

4. PROTEÇÃO SOCIAL: SAÚDE, PREVIDÊNCIA E TERCEIRA GERAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

A Constituição em 1988 estabeleceu os princípios de universalidade ao sistema de proteção social, representando um passo para o futuro. Na década de 1990, as orientações constitucionais relativas à previdência e à incipiente implantação do SUS sofreram com as fortes restrições orçamentárias, resultando em desequilíbrio no sistema e em deficiências que persistem até os dias atuais. Este é o desafio a ser superado.

Necessitamos olhar a proteção social como um conjunto de políticas públicas integradas e complementares. A reconstrução das redes de proteção social é um passo necessário para orientar um conjunto de valores que afirmam a nova cultura social da sustentabilidade

4.1 Saúde e bem-estar humano

O Brasil passa por importante transição demográfica – com grande quantidade de jovens, estabilização do crescimento e tendências de envelhecimento – que resultará em inúmeros reflexos no sistema de saúde e na garantia de bem-estar para a sua população.

O SUS é resultado de 30 anos de luta pelo direito à saúde e pode ser considerado a maior política pública em construção no Brasil. Apesar dos avanços, ainda é necessário superar problemas atuais (subfinanciamento na Saúde; gestão ineficiente de recursos; precarização nos processos de trabalho das equipes do PSF; baixo investimento na formação de profissionais para a saúde; predomínio de um modelo centrado nos hospitais e nos insumos biomédicos; desigualdades regionais; falta de conectividade entre as políticas de governo; insuficiência de projetos de prevenção e promoção da saúde) e avançar para encarar os desafios futuros relacionados com o novo perfil epidemiológico que se configura para a população brasileira (mais velha, mais urbana e mais sedentária).

Uma política preparada para se adaptar às novas demandas na área da saúde e promoção de ambientes saudáveis para os brasileiros deve considerar o redirecionamento do atual sistema de saúde, para um sistema que seja mais

humano, personalizado, rápido e que ofereça respostas às demandas de todos os brasileiros.

Incorporar condições dignas de moradia, alimentação saudável e em quantidade suficiente, vida saudável, prevenção de doenças, redução da violência e promoção da cultura de paz como valores centrais das políticas governamentais na área da saúde, saneamento, gestão urbana e desenvolvimento regional.

b. Promoção da saúde e da intersectorialidade

Reorientar e integrar políticas setoriais capazes de promover a saúde e a melhoria da qualidade de vida, visando criar ambientes saudáveis, proteger as pessoas contra ameaças à saúde e possibilitar aos indivíduos, famílias e comunidades a expansão de suas liberdades, capacidades e oportunidades.

Priorizar investimentos em programas e projetos para promoção da saúde e prevenção de doenças, apoiada por planos articulados com outros setores (educação, meio ambiente, etc.) para atuar nas causas e ir além das consequências. Ampliar a capacidade de prevenção da Vigilância Epidemiológica visando evitar o excesso de gastos em medicamentos.

Promover articulação entre as três esferas de governo para atuação preventiva e combate à disseminação da dengue, hepatite e outras doenças.

c. Universalização e melhoria dos serviços de Atenção Básica

Ter a Atenção Básica como eixo estruturante da organização e articulação de ações e recursos.

Fortalecer e aprimorar o Programa da Saúde da Família, visando estimular seu potencial humanizador do cuidado no atendimento, assim como promover a formação de profissionais de saúde nesse sentido, com prioridade para médicos generalistas, enfermeiros, assistentes sociais e agentes comunitários.

Criar carreira para os integrantes do PSF feita de forma solidária entre governos federal, estaduais e municipais.

Promover a alimentação saudável, com a inserção dos profissionais de nutrição nas equipes de apoio do PSF/Unidades Básicas de Saúde.

Investir em tecnologia da informação e comunicação para modernizar o trabalho das

equipes do PSF junto aos indivíduos, famílias e comunidades.

d. Rede de serviços de atenção à saúde integral e familiar

Orientar a rede de serviços de saúde, com o envolvimento dos estados e municípios, pela essência do SUS (universalidade e integralidade), onde a Atenção Básica tenha papel estruturante na organização e articulação das ações e recursos.

Estruturar serviços de média complexidade que sejam complementares a atenção básica, garantindo a sua resolutividade e qualidade.

Implantar setor de alta complexidade que rompa com o princípio da oferta e se oriente pela demanda/necessidade oriundas da Atenção Básica/Saúde da Família.

Criar rede de urgência e emergência (da pequena à grande urgência, passando pelos serviços pré-hospitalares, e/ou hospitais de pequeno porte).

Apoiar a convivência dos serviços estatais, serviços filantrópicos, serviços de organizações sociais e outros serviços privados que queiram trabalhar sob a orientação dos princípios e autoridade do SUS e abertos à participação e acompanhamentos dos conselhos populares de gestão.

Articular a atenção hospitalar visando a complementaridade da rede de serviços.

Assegurar os direitos às pessoas portadoras de deficiência no acesso à saúde.

Garantir aos povos indígenas o direito ao acesso universal e integral à saúde.

Apoiar estados e municípios em ações integradas a desospitalização dos transtornos mentais.

e. Garantir o financiamento estável do SUS

Articular no Congresso Nacional a imediata regulamentação da EC 29/2000.

Implantar imediatamente o aumento do aporte federal para o SUS, até atingir o percentual que está previsto na regulamentação da Emenda. Exigir que os governos estaduais cumpram o que está previsto na EC 29/2000.

f. Sistemas de saúde suplementar

Reorientar o foco da Agência Nacional de Saúde Supletiva, visando reduzir os

custos da assistência à saúde pela introdução de sistemas solidários de coparticipação.

Promover a atualização das regras dos planos de saúde, não mais para atender e compor interesses econômicos, setoriais e corporativos, mas sim criar um conjunto de regras de interesse da população brasileira.

g. Assistência farmacêutica, acesso e produção de medicamentos

Desenhar e executar uma Política de Assistência Farmacêutica priorizando a rede básica de saúde, com ênfase na modernização e adequação de Laboratórios Farmacêuticos Públicos, na produção de fármacos, medicamentos, com ênfase nos genéricos, e fitoterápicos, ampliação do acesso a medicamentos básicos e expansão das Farmácias Populares.

Incentivar o uso de tratamentos e métodos mais simples, baratos e tradicionais (culturais) como a fitoterapia, a acupuntura e a reeducação alimentar.

Capacitar os agentes comunitários de saúde e sua atuação nas comunidades, contribuindo assim para a redução da procura por serviços e hospitais e para a efetiva melhoria na qualidade de vida dos brasileiros.

Apoiar a regulamentação de recursos como a Fitoterapia, a Acupuntura, a Homeopatia e vários elementos da Medicina Tradicional na rede pública de saúde.

4.2 Previdência

A sociedade brasileira precisa tratar melhor quem envelhece e perde sua capacidade de trabalho e restaurar a perspectiva de uma aposentadoria compatível com os recolhimentos que fizeram ao longo da vida. Em face deste quadro, os sistemas de proteção social devem avançar em busca da integração inclusiva de seus participantes no processo social e econômico, ao mesmo tempo em que devem fortalecer os princípios da universalidade e da solidariedade.

O Sistema de Previdência deve distinguir os benefícios previdenciários da seguridade social e ter estratégias específicas de financiamento para ambos.

a. Reforma da Previdência

A reforma deve considerar as particularidades de três grupos: os jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho; os adultos do setor privado e do funcionalismo que estão na ativa e têm direitos adquiridos de aposentadoria pelas regras atuais; os idosos que já estão aposentados e precisam de regras claras de recomposição do valor do benefício.

O desafio estratégico é transitar de um sistema de repartição para um regime de capitalização, o que demandará uma forte estrutura de financiamento de longo prazo.

Devem ser estabelecidas regras claras para o reajuste de benefícios e para adaptação do sistema à estrutura etária da população.

b. Previdência Privada

Fortalecer os sistemas de regulação dos planos de Previdência Privada; fomentar os investimentos de longo prazo, voltados para apoiar a transição para uma economia sustentável.

4.3 Terceira geração de programas sociais

O país deu grande salto nas políticas sociais nos últimos anos, superando os métodos assistencialistas de socorro aos mais pobres (simbolizado pelo programa de Cestas Básicas). Houve evolução para uma segunda geração de programas sociais, com formas menos paternalistas de superação da pobreza extrema com a distribuição de renda direta às famílias com contrapartidas dos beneficiários, como o Bolsa Família.

É preciso avançar para uma terceira geração de programas sociais que amplie os esforços atuais de forma proativa, integrada e adequada a diferentes condições de carência. O objetivo é superar a pobreza por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias para a sua inclusão produtiva na sociedade.

a. Consolidar e ampliar as boas práticas associadas a políticas e programas sociais

Institucionalizar programas que alcançaram bons resultados, tais como o Bolsa Família, partindo da identificação feita por esse programa dos 15 milhões de famílias mais pobres do país, reunidas no Cadastro Único para Programas Sociais, e definindo esse grupo social como usuário principal de iniciativas complementares e associadas, voltadas para a erradicação da pobreza no Brasil.

b. Ampliar e integrar programas sociais dirigidos para a erradicação da pobreza

Dar maior eficácia, eficiência e efetividade às políticas e programas sociais hoje disponíveis em vários níveis de governo (federal, estadual e municipal), consolidando-os, integrando-os e orientando-os prioritariamente para o atendimento das famílias mais pobres do país, enfatizando de modo específico o atendimento das principais necessidades, bem como a realização de suas melhores habilidades.

c. Esforço individual e familiar como estratégia de superação da pobreza

Transformar os beneficiários dos programas sociais em parceiros dotados de protagonismo na escolha das oportunidades que lhes são oferecidas, assim como torná-los cientes de que a superação da situação em que se encontram dependerá principalmente da sua capacidade de aproveitar plenamente tais oportunidades.

d. Diferenciação entre produção e oferta de programas sociais e definição dos usuários dessas oportunidades

Separar produção e gestão de programas e serviços sociais da oferta e seleção dos seus usuários.

Uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar será responsável por levar os programas sociais às famílias mais pobres e dar apoio a suas escolhas. Além disso, apresentarão aos produtores e gestores desses serviços os seus usuários preferenciais, garantindo aos beneficiários a possibilidade de inscrição nesses

programas.

e. Garantir a disponibilidade, integração e complementação de políticas sociais orientadas para previdência, assistência social e saúde, educação, cultura e trabalho, habitação, urbanismo e saneamento

Assegurar a integração orçamentária e a transversalidade das políticas desses setores por meio de ações matriciais e territoriais.

f. Priorizar a aquisição de conhecimento

Garantir que programas educacionais e de formação básica e profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia nacional de erradicação da pobreza.

g. Estimular o empreendedorismo como estratégia de superação da pobreza

Assegurar que os indivíduos e famílias atendidas pelos programas sociais integrados se sintam instados a buscar melhores condições fora do ambiente de atendimento desses programas, principalmente tomando consciência de suas potencialidades e desenvolvendo capacidades que lhes permitam garantir a sobrevivência.

h. Buscar e estimular parcerias público-privadas

Avançar além do Estado unicamente provedor para o Estado mobilizador. Atrair o setor empresarial e as organizações não governamentais para participarem do esforço de erradicação da pobreza no Brasil por meio da associação à execução de políticas e programas sociais integrados, assumindo o lugar de agente econômico principal, capaz de recrutar, treinar e empregar indivíduos e – eventualmente – famílias em atividades produtivas que façam parte de cadeias de valor que envolvam o fornecimento de bens e serviços descentralizados necessários aos seus processos produtivos.

i. Constituir uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar (ADF)

Integrar o funcionamento de diferentes sistemas de oferta de programas sociais hoje existentes que operam em nível federal, estadual e municipal em uma única rede e descentralizada, voltada para o atendimento prioritário das famílias mais pobres do país, constantes do Cadastro Único para os Programas Sociais.

Aos agentes dessa Rede caberá atualizar o Cadastro Único, fornecer informações sobre deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais, estabelecer com a família o Plano de Desenvolvimento Familiar, demandar junto aos produtores de programas e serviços a participação das famílias e acompanhar e estimular a evolução da família no alcance das metas por elas definidas.

j. Plano de Desenvolvimento Familiar

Avaliar as necessidades de cada família, priorizar acesso aos programas sociais e serviços públicos e estabelecer metas a serem por elas alcançadas.

5. QUALIDADE DE VIDA E SEGURANÇA PARA TODOS OS BRASILEIROS

O Brasil possui uma população superior a 191 milhões de habitantes (em 5.565 municípios), formada por muitos povos e distribuída nos seus diferentes biomas e com diversas formas de ocupação do território.

Atualmente, grande parte da população brasileira é considerada urbana, e as tendências apontam para a continuidade do crescimento da população nas cidades.

A questão urbana deve ser encarada como estratégica para o Brasil em curto, médio e longo prazos, com o objetivo de superar déficits de saneamento e habitação, aumentar a eficiência na gestão das cidades por meio de mecanismos para garantir recursos para os municípios financiarem o seu desenvolvimento urbano.

O governo federal tem importante papel de induzir políticas e ações que integrem e articulem a promoção do desenvolvimento humano e qualidade de vida de seus habitantes.

a. Reconhecer e valorizar os diferentes modos de vida existentes no território

Qualificar os espaços urbanos e rurais e as diferentes tipologias de cidades, particularidades e formas de ocupação existentes no nosso território.

Estabelecer como objetivo estratégico para uma ocupação ordenada do espaço urbano nacional o incentivo à formação de sistemas integrados de cidades, nas escalas nacional, regional e municipal, estimulando a distribuição tanto da população quanto das atividades econômicas.

b. Cidades saudáveis, democráticas e seguras

Cidades sustentáveis e democráticas são um dos grandes desafios do século 21, onde a garantia de mobilidade e direito à cidade para todos os seus habitantes, o fortalecimento da diversidade sociocultural e a busca de padrões sustentáveis para uso dos recursos naturais devem ser valores centrais.

Induzir a formulação de políticas de desenvolvimento urbano que tenham o direito à cidade, a sustentabilidade e a democracia como valores centrais.

Promover a eficiência na gestão, planejamento e desenvolvimento das cidades com a integração e articulação de políticas para urbanização, saneamento, mobilidade, adaptação às mudanças climáticas, proteção de mananciais, promoção do desenvolvimento e do bem-estar humano.

Fomentar a instalação de estruturas de governança metropolitanas e de revitalização de centros urbanos.

Garantir recursos e capacitação para que os municípios financiem o seu desenvolvimento.

c. Urbanidade e qualidade ambiental como política de Estado

Evoluir de uma política setorial de direito à moradia para uma política de direito à cidade ("construir bairros e cidades, e não apenas casas"), aliada com inclusão social, diminuição das desigualdades e promoção de inovação (tecnológica, de gestão e de governança das cidades).

Implementar uma política nacional de regularização urbanística e fundiária e urbanização de favelas e outras formas de ocupações.

Aprimorar mecanismos de financiamento, subsídios e arranjos institucionais para suprir as necessidades habitacionais dos brasileiros e garantir inclusão e acesso a

idades saudáveis.

d. Saneamento básico integrado ao direito à moradia digna e qualidade de vida

Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde.

Manter investimentos constantes, progressivos e melhor distribuídos no território nacional visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos.

Criar política de acesso à água potável e proteção aos mananciais de abastecimento de água, incorporando a saúde humana, a qualidade da água e uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água para abastecimento.

e. Resíduos sólidos

Apoiar a implantação da política nacional de resíduos.

Criar diretrizes e incentivos para implantação de programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão dos catadores e cooperativas.

Fomentar ações e programas para aprimorar e ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, em especial os resultantes da construção civil.

f. Mobilidade urbana saudável

Reordenar e direcionar os investimentos e subsídios em transportes de forma a orientar e estruturar o crescimento e mobilidade nas cidades, visando sistemas adequados aos diferentes tamanhos e tipologias de cidades existentes no território.

Criar incentivos e inserir nos critérios de financiamento o estabelecimento de instituições reguladoras de transportes coletivos em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos (integrar modais, otimizar frotas e itinerários, reduzir tempo de viagens, entre outros).

Incorporar a bicicleta como meio de transporte e criar condições para seu uso seguro (ciclofaixas, ciclovias, ligações intermodais).

g. Enfrentamento de mudanças climáticas e desastres naturais

Implantar um Sistema Nacional de Alerta de Desastres Naturais que seja capaz de antecipar e prever os chamados eventos extremos (tempestades, secas, geadas).

Regulamentar a Lei de Mudanças Climáticas e desenvolver metodologia para a publicação de estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil e, a cada três anos, seu inventário completo e para o estabelecimento de indicadores de intensidade de emissões de GEE na economia brasileira tornando obrigatórias as metas de redução previstas em Lei.

Criar a Agência Nacional de Clima.

Reestruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil com a criação da carreira de agente da Defesa Civil.

Reativar o Fundo Nacional de Defesa Civil e apoiar a criação de Conselhos de Defesa Civil.

h. Cultura de paz, defesa e valorização da vida com equidade no acesso à segurança pública e justiça

Ser indutor de políticas públicas e ações de cooperação com as demais instâncias de governos, incluindo o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Investir em políticas intersetoriais preventivas e de cooperação entre diferentes instâncias de governo (estado e municípios), poder Judiciário e Legislativo.

Monitorar anualmente o cumprimento e violações dos Direitos Humanos no Brasil e criar Inspeção Nacional de Direitos Humanos.

i. Implantar uma Nova Estrutura Institucional da Segurança Pública

Promover o debate sobre a construção de um novo modelo de polícia e sobre a implantação do ciclo completo de policiamento.

Aprimorar ferramentas de gestão administrativa.

Criar carreira única em cada polícia, adequar política salarial à importância e riscos de sua função e promover o respeito aos direitos humanos.

Fortalecer as políticas preventivas municipais, as Guardas Civis e o modelo do

policiamento comunitário.

j. Políticas criminal e prisional mais eficientes e comprometidas com a dignidade humana

Combater a impunidade e levar à prisão os autores de crimes graves.

Promover penas alternativas, justiça restaurativa para a superação de conflitos e penas de restrição da liberdade como alternativas às penas de privação à liberdade.

Aumentar a eficiência dos mecanismos de persecução com foco nos crimes mais graves, reduzindo a demanda de encarceramento massivo.

Reorientar o sistema penitenciário nacional para o cumprimento efetivo da Lei de Execução Penal (LEP).

Desenvolver programa nacional de apoio aos egressos para favorecer a reinserção social.

Estimular a criação de planos de carreira para os servidores penitenciários e fixação de parâmetros nacionais obrigatórios para o serviço em prisões.

Estabelecer mecanismos de participação da sociedade civil no acompanhamento e fiscalização da execução das penas.

k. Prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes

Monitorar e estimular o cumprimento das disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Erradicar o trabalho infantil e expandir a assistência pré-natal e pós-natal.

Combater pedofilia, exploração sexual e pornografia infanto-juvenil na Internet.

Estimular a adoção de crianças e adolescentes abrigados e ampliar a oferta de programas de famílias acolhedoras.

Desenvolver legislação específica e política nacional anti-bullying.

l. Prevenção e combate à violência contra idosos

Criar estruturas para atendimento específico para idosos vítimas de violência e definir um marco regulatório nacional para os asilos de idosos.

m. Políticas de drogas e de desarmamento

Discutir com a sociedade a política de drogas e investir no esclarecimento, na prevenção e no tratamento dos dependentes.

Cumprir e fazer cumprir o Estatuto do Desarmamento, ampliando os mecanismos de controle sobre a produção, venda e exportação de armas.

n. Defesa Nacional

A modernização das Forças Armadas e a incorporação da missão de proteção do meio ambiente, particularmente dos grandes ecossistemas brasileiros, devem ser objetivos prioritários da política de defesa nacional, bem como a adequação dos seus efetivos às necessidades constitucionais, o aprimoramento da capacidade operacional das nossas Forças Armadas, a elevação do seu nível tecnológico, foco na preservação e defesa dos recursos marítimos e do potencial hídrico da Amazônia, e em geral ao controle efetivo sobre as fronteiras.

6. CULTURA E FORTALECIMENTO DA DIVERSIDADE

Diversidade é um valor superior para a vida. Promovê-la na centralidade das políticas públicas é investir no aprofundamento da democracia e na sustentabilidade do Brasil, assim como na originalidade da nossa contribuição para o equilíbrio da vida no planeta.

Somos um povo formado por muitos povos, muitas culturas. Além dos 233 povos indígenas e dos quilombolas, com direitos reconhecidos na Constituição, estima-se em mais de 8 milhões o número de brasileiros que se reconhecem como povos e comunidades tradicionais. A eles se somam dezenas de culturas e identidades vindas com os imigrantes europeus, africanos, asiáticos e de todas as Américas.

Para um Brasil justo e democrático, é preciso levar em conta a existência de muitos povos, culturas, comportamentos e necessidades, cada qual com sua própria realidade e situação. Isso exige do Estado, para além da universalização do acesso às políticas públicas, a criação de estruturas adaptadas do respeito às diferenças.

Cultura é um patrimônio construído no passado, é o processo em fluxo de produzir e

inovar, e é também projeto de conservar e transmitir o adquirido e ao mesmo tempo renová-lo e ampliá-lo. A capacidade de fazer isso depende de meios, recursos e técnicas.

A cultura brasileira é plural e dinâmica e a política cultural no Brasil deve abranger o conjunto múltiplo das formas de pensamento, sensibilidade e expressão dos vários segmentos da população. Para isso, precisa estar articulada com a educação, integrada com o desenvolvimento sustentável, com foco na incorporação dos aspectos ligados à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, nas áreas urbanas e nos diferentes ecossistemas. E democratizar os meios de produzir, circular e acessar os objetos culturais.

a. Gestão cultural

Fortalecer a construção de políticas culturais integradas com outras políticas – especialmente educação.

Estimular a criação e estruturação de órgãos municipais e estaduais exclusivos e ampliar a descentralização de políticas públicas de cultura, fazendo uso de novas formas de participação como redes sociais.

Regulamentar o Plano Nacional de Cultura (em tramitação no Congresso) e implementar o Sistema Nacional de Cultura (com articulação de todos os entes federativos).

Contribuir para o aprimoramento do programa Pontos de Cultura, na direção do fortalecimento de Redes de Cultura que interliguem Espaços de Cultura.

Repensar a forma de gestão dos contratos e convênios com as organizações e artistas vinculados a Programas do Ministério.

Levantar o PIB real da cultura, considerando a economia formal e informal.

b. Acesso à cultura e ao conhecimento

Ampliar o acesso à cultura e ao conhecimento, respeitando os direitos do criador e o interesse público pelo acesso a toda a diversidade cultural brasileira.

Garantir que as novas tecnologias para disseminação da informação sejam utilizadas a favor das pessoas e do fluxo dinâmico de geração de conhecimento.

Desenvolver mecanismos que contribuam para a efetiva utilização das obras para

fins educacionais, culturais, científicos e de preservação do patrimônio cultural. Promover a expansão do acervo em domínio público, inclusive através de digitalização de obras, e fomentar a disponibilização das obras para a facilitação dos processos educativos.

Fortalecer mecanismos de supervisão pública, com foco na proteção e autonomia dos autores e na defesa dos consumidores em toda a cadeia produtiva da cultura.

Garantir o apoio a projetos culturais e artistas em áreas com baixo acesso à cultura.

Utilizar a ampliação do acesso como critério de avaliação e seleção de projetos culturais apoiados com recursos públicos.

Colaborar com o debate para a construção da nova legislação de Direitos Autorais.

c. Apoio e fomento cultural

Fomentar política nacional integrada entre os entes federais para criação de fontes de financiamento e repasses de recursos para construção e manutenção de espaços culturais.

Investir na formação dos agentes culturais para participação em editais, uso dos recursos públicos e prestação de contas.

Melhorar canais de comunicação entre Ministério e organizações culturais, e criar mecanismos para descentralizar a gestão dos investimentos.

Adotar um modelo gerencial semelhante ao CNPq, vitalizando a atividade com consultores "ad-hoc" credenciados para avaliar projetos.

Criar novas formas de repasse de recursos públicos para organizações culturais e gestão dos mesmos (como prêmios e editais).

Aprovar o Procultura e implementar as novas formas de financiamento da cultura, especialmente com a revisão da Lei Rouanet.

d. Ampliar e intensificar a promoção de produtos da sociobiodiversidade

É uma política transversal que associa o apoio à organização social e gerencial dos produtores, o uso sustentável da biodiversidade brasileira tanto na alimentação quanto para outras finalidades e a agregação de valor por meio de atuação intersetorial.

Esses produtos devem ser colocados no centro de uma visão estratégica de país.

Além de permitir o uso sustentável de nossos ecossistemas e a inserção destas populações no geral marginalizadas, essa visão confere ao Brasil vantagens competitivas e de possibilidade de inovação únicas.

Investimento em ciência e tecnologia, ampliação da garantia de preços mínimos a mais produtos da sociobiodiversidade, apoio à gestão dos territórios de povos e comunidades tradicionais e agregação de valor in loco devem ser prioridade.

e. Reconhecer e valorizar as diversas formas de manifestação cultural

Apoiar a implantação do Plano Nacional de Cultura (em tramitação no Congresso Nacional).

O poder público deve apoiar e subsidiar as atividades culturais e artísticas de reconhecido interesse público e comunitário e de coesão que tenham dificuldade de se viabilizar através dos mecanismos de mercado. E, paralelamente, estabelecer uma política de estímulo à cadeia produtiva da cultura como dimensão da economia nacional.

Zelar para que as iniciativas culturais e artísticas que apoiadas pelo poder público sejam elementos de afirmação dos valores nacionais - democracia, tolerância, paz e preservação do meio ambiente. O poder público deve estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica e as novas tecnologias de informação que propiciem uma democracia mais participativa.

f. Implementar a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

Reconhecer e respeitar seus direitos, conhecimentos, inovações, práticas, tradições e suas formas próprias de organização social.

Garantir seus territórios e seu direito ao acesso e uso dos recursos naturais que formam a base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Criar estrutura adequada para sua participação na tomada de decisão nas políticas que lhes dizem respeito, e que tenha por função articular e normatizar estas políticas.

g. Garantir os processos de demarcação e homologação das terras indígenas e as possibilidades de desenvolvimento com autonomia dos povos indígenas

Várias áreas indígenas ainda não tiveram seu processo de reconhecimento iniciado ou concluído, o que deve ser feito no mais breve tempo possível, com sua participação.

Identificar e implementar formas adequadas às suas culturas para o acesso às políticas e aos recursos públicos.

Criar estrutura adequada para sua participação na tomada de decisão nas políticas que lhes dizem respeito, e que tenha por função articular e normatizar estas políticas.

Apoiar os processos de gestão ambiental de seus territórios.

h. Intensificar os processos de reconhecimento dos quilombos e o apoio à gestão de seus territórios

Manter e aperfeiçoar o decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, e os processos de reconhecimento dos territórios quilombolas, nas áreas rurais e nas cidades.

Identificar e implementar formas adequadas às suas culturas para o acesso às políticas e aos recursos públicos.

i. Lutar contra todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, homofobia, sexismo ou outra

Garantir a cada grupo espaço próprio de participação política e de respeito e atenção às suas demandas específicas, ou seja, uma porta de entrada para suas reivindicações, clara e bem identificada, no governo federal. Os Conselhos de Políticas para as Mulheres e da Juventude, as Conferências de Direitos Humanos e de LGBT são exemplos de instrumentos na luta contra a discriminação e na melhoria da elaboração de políticas para públicos específicos.

Políticas de igualdade racial, inclusive a manutenção das cotas para negros, devem ser reforçadas, como parte de um processo de restauração de equilíbrio aos desequilíbrios históricos contra as minorias.

j. Juventude e Terceira Idade

É necessário realizar um pacto geracional que fomente oportunidades sustentáveis de vida; gerar emprego e renda com novas tecnologias socioambientais; promover e fomentar trocas de experiências, intercâmbios, livres expressões e manifestações culturais, espaços permanentes, redes sociais, organizações juvenis e movimentos sociais.

k. Garantir a transversalidade da questão ambiental

Integrar a questão ambiental ao planejamento das políticas e projetos governamentais.

7. POLÍTICA EXTERNA PARA O SÉCULO 21

A política externa brasileira deve ser pautada por princípios fundamentais, como a manutenção e a promoção da paz e da segurança internacional, que devem ser defendidos e respeitados nas relações internacionais.

Ao dirigir a sua política externa com base em princípios sólidos, o Brasil deve passar a ser visto como uma nação coerente, que abraça as causas corretas, respeita o Direito Internacional, lidera pelo exemplo e, assim, fortalece seu poder de persuasão e a sua influência no cenário internacional.

Embora a solução negociada deva ser sempre priorizada, deverão ser utilizados todos os mecanismos legais que permitem ao Estado brasileiro a sua defesa em situações de conflito.

a. Cooperação e solidariedade

A globalização aumentou a interdependência dos povos e nações e, com isso, a necessidade de encontrar soluções globais para problemas de toda natureza: locais, nacionais, regionais e globais. Nas duas últimas décadas, assistiu-se a uma "globalização do Direito", por meio da proliferação e do fortalecimento de organizações e regimes internacionais, como o de comércio (com a criação da OMC) e o de mudança do clima (com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto). Nesse novo cenário, a relação entre Estados deve ser regida pela cooperação e

pelo respeito às regras e instituições criadas em conjunto pelas nações, e não pelo uso da força ou por posturas unilaterais.

Nesse contexto, o Brasil, como oitava economia do mundo que caminha rapidamente para integrar o conjunto de países com alto índice de desenvolvimento, deve basear as suas ações na solidariedade com os menos desenvolvidos, apoiando-os especialmente no alcance das Metas do Milênio, por meio de cooperação econômica e técnica, capacitação e assistência humanitária.

O Brasil deve, também, cooperar com outros países para o fortalecimento dos fóruns multilaterais, como o G-20, na área de governança da economia internacional, e a ONU, na área de manutenção da paz e da segurança internacional.

b. Legitimidade e democracia

Apesar dos avanços nas regras internacionais desde o fim da Guerra Fria, os mecanismos de governança global existentes ainda são insuficientes. E grande parte dos problemas enfrentados hoje no sistema internacional tem origem na falta de legitimidade de suas instituições. Por isso, é preciso que o Brasil, muitas vezes prejudicado por essas "regras do jogo" desiguais, seja um veemente defensor da democratização das organizações e regimes internacionais.

Há inúmeros exemplos de distorções que precisam ser corrigidas: pesos desequilibrados dos poderes de voto (como no caso do FMI e do Banco Mundial), existência de poderes de veto sem adequada representação (como no Conselho de Segurança da ONU) e desigualdade no cumprimento de obrigações internacionais (como ocorre com as metas de desarmamento do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares). Essas instituições, ao serem vistas como pouco legítimas, são pouco respeitadas. Para aumentar a sua efetividade, portanto, é preciso aprimorá-las e democratizá-las.

O Brasil deve, sempre levando em conta os princípios fundamentais de sua política externa e seus objetivos de longo prazo, avaliar a participação em organizações e regimes internacionais dos quais não faz parte, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Convenção sobre Munições de Fragmentação.

c. Sustentabilidade

Se a interdependência nos leva a ter que investir na cooperação internacional, nenhum tema é tão "globalizado" quanto a sustentabilidade. O Brasil deve liderar o esforço internacional de implementação dos compromissos derivados da Rio-92, em especial o combate à mudança do clima, pelo risco que representam tanto para o país como para a imensa maioria dos países mais pobres do planeta.

Dar o exemplo, incentivando internamente e entre seus parceiros a economia de baixo carbono, aproveitando as vantagens comparativas do país e transformando-as em vantagens competitivas. Essa é uma oportunidade inédita de o Brasil sair na frente e se posicionar de forma privilegiada no cenário mundial, dando um passo fundamental na direção de garantir a prosperidade de nossas gerações futuras.

Devido à crescente interação entre os objetivos de crescimento econômico, desenvolvimento, promoção da paz e proteção do meio ambiente, o país deve, ainda, participar ativamente dos debates para a criação de uma Organização Mundial Ambiental, que consolide as regras internacionais voltadas à sustentabilidade.

d. Paz e direitos humanos

O Brasil não pode, em nenhuma hipótese, abrir mão da defesa da paz, princípio básico de nossa política externa, como mostra nossa Constituição e nossa tradição. Devemos continuar sendo exemplo do convívio pacífico de diferentes etnias e religiões, procurando refletir e propagar essa experiência em nossas relações internacionais.

O Brasil deve ter uma posição firme na defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, deve adotar, considerando sempre o princípio da não intervenção, uma postura crítica com relação a países que violem esses direitos.

e. Comércio mais livre, mais justo e mais sustentável

O comércio internacional é, comprovadamente, uma fonte de geração de riqueza. A abertura comercial, se complementada por políticas que suavizem o ajuste econômico e social para os setores mais afetados, é um poderoso instrumento de

combate à pobreza.

O Brasil deve ter um papel ativo na eliminação das barreiras e distorções que prejudicam o livre comércio. Para isso, deve se valer dos instrumentos que a globalização jurídica lhe oferece, seja no âmbito multilateral (OMC), seja no âmbito regional (Mercosul). Deve ainda aperfeiçoar seus mecanismos domésticos de combate a práticas desleais e ilegais de comércio, como "dumping", subsídios, contrabando e descaminho, mas sempre de acordo com as regras internacionais.

O livre comércio, entretanto, não pode ser apoiado quando ele estimula processos e métodos produtivos baseados na degradação ambiental ou avessos aos compromissos do país relacionados a padrões trabalhistas, expressos nas convenções da OIT.

Os direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição e o esforço brasileiro para a criação de uma economia de baixo carbono devem ser defendidos e transformados em vantagens competitivas. O Brasil deve defender a criação de novas regras sobre esses temas no âmbito da OMC e deve desenhar novos instrumentos de promoção das exportações que valorizem a sustentabilidade de produtos e serviços.